



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

35  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**(REJULGAMENTO)**

**Embargos de Declaração nº 0169801-3/02 (NPU nº. 0011520-31.2008.8.17.0000)**

**Embargante:** Idoval José da Silva

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. RECURSO DE AGRAVO. NOVO JULGAMENTO. DETERMINAÇÃO EMANADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. REVISÃO DA PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA. LEI Nº. 11.817/2000. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES, PARA SANAR OMISSÃO APONTADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Observa-se que há omissão no acórdão embargado.
2. O militar, excluído da corporação em 17 de novembro de 1994, ingressou em Juízo requerendo que o Judiciário determine que seja revista a sua punição, na esfera administrativa, nos moldes da Lei nº. 11.817/2000.
3. Ocorre que todo o julgamento da lide restringiu-se a analisar que restou prescrito o direito de o ex-militar pugnar a sua reintegração ao cargo perante o Poder Judiciário, não tendo se posicionado quanto ao direito à Revisão da punição, na esfera administrativa, nos moldes da Lei nº. 11.817/2000.
4. Todavia, mesmo reconhecendo o direito de o militar, a qualquer tempo, solicitar a Revisão de sua punição administrativa, verifico que o Secretário de Defesa Social apreciou o pleito revisional, quando publicou a decisão administrativa, indeferindo o pleito pela ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes susceptíveis de justificarem a inadequação das sanções aplicadas.
5. Embargos de Declaração providos, sem efeitos infringentes, para, tão somente, sanar a omissão apontada no Agravo nº. 0169801-3/01.
6. Decisão Unânime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

36  
M

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0169801-3/02, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em acolher os Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



34  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público**

**(REJULGAMENTO)**

**Embargos de Declaração nº 0169801-3/02 (NPU nº. 0011520-31.2008.8.17.0000)**

**Embargante:** Idoval José da Silva

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento, por unanimidade, ao Recurso de Agravo nº 0169801-3/01, interposto contra Decisão Terminativa que negou seguimento à Apelação, para manter a sentença de 1º grau que extinguiu o feito com julgamento do mérito, pela ocorrência da prescrição do direito pleiteado na demanda.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, visto que deixou de observar que o pleito do recorrente é a Revisão do ato de punição na esfera administrativa, consubstanciado no que preconiza o artigo 40 da Lei nº. 11.817/2000.

Requer, por fim, o acolhimento dos presentes embargos, para que seja sanada a omissão apontada no acórdão, dando-lhe efeitos infringentes.

O recurso foi levado à Câmara que, à unanimidade de votos, rejeitou os embargos.

Foi interposto Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a anulação do acórdão que apreciou os embargos declaratórios e a prolação de novo julgamento por esta Corte.

É o Relatório.

Recife, 27 de maio de 2014.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

38  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**(REJULGAMENTO)**

**Embargos de Declaração nº 0169801-3/02 (NPU nº. 0011520-31.2008.8.17.0000)**

**Embargante:** Idoval José da Silva

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Com efeito, observa-se que há omissão no acórdão embargado. Explico.

O militar, excluído da corporação em 17 de novembro de 1994, ingressou em Juízo com ação ordinária requerendo que o Judiciário determine que seja revista a sua punição, na esfera administrativa, nos moldes da Lei nº. 11.817/2000.

A sentença de 1º grau extinguiu o processo com resolução do mérito, considerando a prescrição quinquenal.

Em sede de Apelação, foi proferida decisão terminativa negando seguimento ao Apelo. O pleito foi levado à Câmara, através de Recurso de Agravo, tendo sido o recurso rejeitado, à unanimidade de votos.

Ocorre que todo o julgamento da lide restringiu-se a analisar que restou prescrito o direito de o ex-militar pugnar a sua reintegração ao cargo perante o Poder Judiciário, não tendo se posicionado quanto ao direito à Revisão da punição, na esfera administrativa, nos moldes da Lei nº. 11.817/2000.

Todavia, mesmo reconhecendo o direito de o militar, a qualquer tempo, solicitar a Revisão de sua punição administrativa, verifico que o Secretário de Defesa Social apreciou o pleito revisional, quando publicou a decisão administrativa, indeferindo o pleito pela ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes susceptíveis de justificarem a inadequação das sanções aplicadas (fls. 12).

*ESD*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

39  
M

Assim, em face do exposto, e com fulcro no artigo 535 do CPC, I e II, voto pelo provimento aos presentes aclaratórios, sem efeitos infringentes, para, tão somente, sanar a omissão apontada no Agravo nº. 0169801-3/01.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator